

Conselho Estadual de Saúde – CES/ES
Ata – 233ª Reunião Ordinária – Ano 2022
21 de julho de 2022

001

002 Aos 21 (vinte e um) dias do mês de julho do ano de 2022 (dois mil e vinte dois) às 14h20min
003 realizou-se a 233ª (ducentésima trigésima terceira) Reunião Ordinária do Conselho Estadual
004 de Saúde CES/ES, on-line por meio de plataforma digital, link:
005 <https://us02web.zoom.us/j/87660726951?pwd=qrZ8FaUW8Un8D2tVu-BU-76-ioM-vS.1>. A
006 sessão foi iniciada pelo Presidente Ricardo Ewald e secretariada pela Secretária Executiva
007 respondendo Cynara Azevedo. **Conselheiros (as) presentes presencialmente:** Mansour
008 Cadaís Filho (FAMOPES). **Conselheiros (as) presentes virtualmente:** Cristiano Luiz
009 Ribeiro de Araújo (SESA), Paulo Roberto Alves Guimarães (SESA), Júlio César de Moraes
010 (SESA), Ricardo Ewald (FEHOFES), Pablo Gabriel Dobrovolsky da Silva (FEHOPES),
011 Cristina Hamester (MS), Denise Mara Ramaldes Pedrosa (COSEMS), Judismar Tadeu
012 Pedroni (SIMES), Alexandre Coutinho Sattler (SINFES), Pablo Reis Garcia Perez (SINFES),
013 Deise Berger Veltem Ramos (SINODONTO), Maria Rita de Boni (SINDSAÚDE), Raissa
014 Correia Rosa (FETAES), Débora Randov de Oliveira (FETAES), Márcio Flávio Soares
015 Romanha (CUT), Paulo da Silva Teixeira (SINDIUPES), Wellington Barros Nascimento
016 (UNEGRO), João Carlos dos Santos (SINDINAPI-ES), Milene da Silva Weck Terra (UBM),
017 João Paulo dos Santos Souza (ANPG), Genecy Teixeira de Oliveira (MITRA), Rosini Helena
018 Gurgel Lopes (FEAPAES). O Presidente Ricardo Ewald iniciou os trabalhos, com saudações
019 aos presentes e aos que acompanhavam a transmissão. Em seguida, passou a palavra para
020 a Secretária Executiva - Cynara Azevedo para fazer a chamada nominal dos Conselheiros.
021 Responderam a chamada nominal 16 (dezesesseis) Conselheiros, informou que havia quórum
022 regimental para iniciar a sessão e passou a palavra para o Presidente do Conselho Estadual
023 de Saúde – Ricardo Ewald que iniciou o primeiro ponto de pauta: **1 – Informes, Indicações**
024 **e Expediente.** A Secretária Executiva Cynara Azevedo fez a leitura dos informes: **Informes:**
025 **1 – Ofício FAMOPES Nº 0017/2022 – Substituição de Conselheira Suplente. 2 –**
026 **Recebimento de Recursos Federais para a Santa Casa de Misericórdia de Guaçuí no**
027 **valor de R\$130.950,00 para aquisição de dois Monitores para o Centro Cirúrgico, um**
028 **Bisturi Elétrico e dois Desfibriladores. 3 – Ofício Circular nº 143/2022/SECNS/MS –**
029 **Lançamento da Campanha “Vacina Mais” - Apoio e Incentivo a Vacinação. 4 – Andréa**
030 **Cellin – Comunica desligamento da coordenação CIOF, por motivos profissionais,**
031 **mas diz que permanecerá na comissão.** Após os informes a Secretária Executiva
032 devolveu a palavra para o Presidente do Conselho que passou para o segundo ponto de
033 pauta: **2 – Aprovação da ATA 232ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Saúde.**
034 Sem manifestação com relação à ata, o Presidente colocou a mesma em votação. A ata da
035 232ª Reunião Ordinária foi aprovada por unanimidade. **3 – Recomposição da Mesa**
036 **Diretora –** A Secretária Executiva falou da necessidade de indicar 2 conselheiros do
037 segmento de trabalhadores para recompor a Mesa Diretora. O Presidente perguntou se teria
038 alguma sugestão. O Conselheiro Paulo Roberto Alves Guimarães (SESA) explicou que não
039 se tratava de uma nova eleição e sim que o segmento dos trabalhadores deve encaminhar
040 dois nomes para a recomposição da Mesa Diretora. Ricardo Ewald concordou com a
041 explicação do conselheiro e solicitou que o segmento encaminhe os 2 nomes. O
042 Coordenador de Projeto - Alexandre de Oliveira Fraga informou que na reunião estavam
043 presentes alguns conselheiros do segmento dos trabalhadores como: Judismar Tadeu
044 Pedroni, Maria Rita de Boni, Alexandre Coutinho Sattler. Explicou sobre a importância da
045 recomposição da Mesa e que o mandato terminará em setembro, lembrando que seria
046 somente nesse período. Desta forma, os conselheiros poderiam se manifestar até o final da
047 reunião. O Presidente então concluiu que até o final do expediente tendo alguma
048 manifestação dentro desse segmento será feito a recomposição, do contrário fica a
049 convocação para que o segmento encaminhe os representantes posteriormente. O
050 Conselheiro Paulo da Silva Teixeira (SINDIUPES) se candidatou. Alexandre de Oliveira
051 Fraga explicou que o mesmo não poderia se candidatar, pois a vaga é para os trabalhadores
052 da saúde e o mesmo é representante dos usuários. **4 - Apresentação do “Projeto de**
Desenvolvimento de Práticas Inovadoras Aplicadas ao Conselho Estadual de Saúde

053 – **PDPi/CES”** - O Presidente passou a palavra ao Coordenador de Projeto, Alexandre de
054 Oliveira Fraga, que cumprimentou a todos e apresentou os membros do projeto: Ana Clara
055 Fraga e Juliana Wahl - Analistas de Políticas Sociais, Ednéa Harckbart - Analista de
056 Comunicação, Antônio Troncoso - Analista Contábil, Mariana Pereira e Caique dos Santos
057 - Técnicos de Mídias Sociais e Valdinah Gomes Pinto de Assis - Estagiária, que foi cedida
058 pela Secretária Executiva para dar apoio ao projeto. Informou que estão na fase de
059 finalização do plano de trabalho do projeto, que está composto em 5 etapas; já iniciaram o
060 trabalho com alguns Conselhos Municipais de Saúde e no dia 19 de julho de 2022 realizaram
061 capacitação dos conselheiros dos municípios de Afonso Cláudio e de Laranja da Terra; na
062 próxima semana realizarão capacitação em Guarapari e Anchieta. Explicou que,
063 posteriormente, a ideia é a realizar oficinas regionais para a construção do Plano de
064 Trabalho para Capacitação dos Conselheiros Municipais, que é um projeto mais a longo
065 prazo, mais robusto, com várias atividades. Disse que esse projeto foi apresentado no
066 Comitê Intersetorial de Comunicação e Informação em Saúde, Recursos Humanos e
067 Educação Permanente para o Controle Social do Conselho e que já marcou uma reunião
068 com o Núcleo do Ministério Público que cuida das políticas de saúde e a Mesa Diretora para
069 apresentar o Projeto, tratar sobre as eleições dos Conselhos Gestores e capacitação dos
070 conselheiros municipais. Continuando, que após reunião da Mesa Diretora com os
071 Coordenadores de comissões e comitês, foi marcado um Seminário de Planejamento das
072 ações do CES. Explicou que no Seminário participarão dois representantes de cada
073 comissão e comitê, além dos membros da Mesa Diretora, sendo que o coordenador da
074 comissão/comitê que já faz parte da Mesa Diretora deverá escolher mais um representante
075 dentro da comissão/comitê. Destacou a importância dessa atividade, que o Seminário será
076 dia 04 de agosto de 2022 de 8 às 17h no Hospital Estadual de Urgência e Emergência.
077 Alexandre de Oliveira Fraga passou a palavra para o Analista Contábil - Antônio Troncoso
078 para fazer a apresentação do projeto. Antônio Troncoso iniciou cumprimentando a todos e
079 explicou que o projeto foi uma solicitação do Conselho Estadual e tem como denominação
080 “Projeto de Desenvolvimento de Práticas Inovadoras para Qualificação da Participação
081 Social”. Destacou que o projeto se justifica na necessidade do desenvolvimento de
082 instrumentos e práticas que apoiem a construção de uma cultura inovadora, contribuindo
083 assim para a ampliação e fortalecimento da participação popular e o controle social na
084 gestão pública da saúde, dando ênfase ao público-alvo do mesmo: Conselheiros do
085 Conselho Estadual de Saúde, Conselheiros dos Conselhos Municipais de Saúde, Conselhos
086 Gestores de Unidades de Saúde, outros atores sociais do SUS e população geral.
087 Apresentou o objetivo geral: criar instrumentos e práticas que apoiem a construção de uma
088 cultura inovadora no controle social do estado. E os objetivos específicos: desenvolver
089 atividades educativas junto aos Conselhos Municipais de Saúde e Conselhos Gestores de
090 Unidades de Saúde; subsidiar discussões e organizar atividades junto às Comissões e
091 Comitês do CES; difundir através de novos canais de comunicação as atividades do
092 conselho; sistematizar um banco de dados via painel interativo para facilitar o acesso ao
093 acervo e histórico do CES. Explicou que esse projeto vai em paralelo a Diretriz 5 do Plano
094 Estadual, que promoverá o fortalecimento da Cidadania, da Democracia Participativa e
095 Controle Social do SUS e que está focado em 3 pilares: Inovação, Desenvolvimento Político
096 da Educação e Trabalho de Pesquisas. O Projeto está dividido em 5 etapas e detalhou cada
097 uma delas. Etapa 1 - Diagnóstico Situacional do CES - Objetivo: Analisar e Levantar o que
098 está sendo discutido dentro do CES e nas diversas regiões do ES na área de saúde.
099 Atividades: Análise e Levantamento de todos os pontos discutidos nas comissões do CES;
100 Elaboração do Diagnóstico Situacional Interno; Elaboração do Diagnóstico Situacional
101 Externo; Levantamento de estudos e pesquisas sobre as principais pautas e
102 vulnerabilidades de saúde no ES por região. Etapa 2 - Desenvolvimento de instrumentos
103 inovadores - Objetivo: Desenvolver instrumentos para que o CES possua uma nova cultura,
104 através do acompanhamento das comissões e comitês e da estruturação de novos fluxos
105 dos processos internos do CES. Atividades: Acompanhamento e assessoramento das
106 Comissões e Comitês do CES; Elaboração de estudos, análise e relatórios de temáticas
107 solicitadas pelo CES; Apresentação de melhorias e inovações nos fluxos e processos do
108 CES. Etapa 3 - Desenvolvimento de atividades educativas - Objetivos: Estruturar e realizar

109 atividades para desenvolver o aprimoramento das práticas de participação popular no SUS.
110 Atividades: Construção de Projeto Educativo Pedagógico para desenvolvimento da Política
111 de Educação Permanente para o Controle Social; Realização de Oficinas para elaboração
112 do Projeto de Capacitação voltado aos conselheiros dos Conselhos Municipais de Saúde e
113 atores sociais; Desenvolvimento de atividades educativas voltadas aos conselheiros
114 municipais de saúde e dos conselhos gestores; etc. Etapa 4 - Inserção do CES nos veículos
115 de comunicação - Objetivo: Desenvolver estratégias de inserção do Conselho Estadual de
116 Saúde nos diversos canais de comunicação e redes sociais. Atividades: Elaboração de
117 vídeos para divulgação das atividades, conscientização e mobilização dos atores sociais
118 sobre o CES; Realização de postagens nas redes sociais de acordo com a demanda do
119 CES; Criação de um Projeto específico de comunicação formal nos meios de comunicação;
120 Elaboração identidade visual do CES; etc. Etapa 5 - Criação de uma base de dados -
121 Objetivo: Elaborar estratégia de ciência de dados com a finalidade de aprimorar estratégias,
122 controle e fiscalização da execução da política estadual de saúde. Atividade: Criação de um
123 projeto de mapeamento dos temas debatidos pelo CES que tiveram efetividade em suas
124 propostas; Criação de pesquisas para mapear o perfil dos participantes dos eventos
125 realizados ou apoiados pelo projeto; Criação de um projeto de diagnóstico do funcionamento
126 dos conselhos municipais de saúde do estado; e Elaboração de um Painel Interativo com
127 todas as informações coletadas no projeto. Finalizando informou que o projeto começou a
128 ser desenvolvido em junho de 2022 e que todos estão engajados e felizes por estarem
129 fazendo parte do mesmo. Alexandre de Oliveira Fraga agradeceu ao Antônio Troncoso e
130 em seguida solicitou a Analista de Comunicação, Ednéa Harckbart que apresentasse o item
131 em relação a Comunicação, destacando que entende a comunicação como a área mais
132 carente no Conselho e que ela dá visibilidade ao Conselho perante a sociedade. Ednéa
133 Harckbart apresentou a Estratégia de Inserção do Conselho Estadual de Saúde nas Mídias
134 Sociais, nominando a equipe é coordenada por Alexandre de Oliveira Fraga. Destacou o
135 Objetivo Geral: inserir o Conselho nas Mídias Sociais como Youtube, Facebook, Instagram
136 e outros. E os objetivos específicos: Criar “Identidade” do CES, Logomarca, Identidade
137 Visual, Institucionalizar as páginas do CES no Facebook e Youtube, resgatar os conteúdos
138 atuais (Facebook e YouTube) criar perfil do CES no Instagram. Com relação a produção e
139 divulgação, será elaborado peças com linguagem simples, apresentação do CES ao público
140 (quem somos, qual a nossa função e como funcionamos); conteúdo sobre o Plano Municipal,
141 Estadual e Nacional de Saúde; entrevistar atores sociais e membros do CES; cobertura de
142 eventos; vídeos de campanhas sobre a participação popular no SUS; divulgar a agenda,
143 deliberações e ações do CES; divulgar conteúdo das Notas Técnicas; documentar as
144 atividades e ações do CES (acervo de vídeos, fotos, matérias etc). Todos esses acervos
145 são para futuramente ter uma história para contar do Conselho, através de vídeos, fotos e
146 materiais. Lembrou que esse Plano não é estático, é dinâmico, podendo ser alterado. E para
147 finalizar, informou que será feito um clipe mensal com todas as matérias sobre saúde para
148 ajudar os Conselheiros saber o que está acontecendo no momento. Após a apresentação a
149 Conselheira Genecy Teixeira de Oliveira - MITRA pediu a palavra. Informou que o projeto é
150 o que o Conselho sempre perseguiu ao longo da história. Falou de sua preocupação com
151 relação a alimentação dos conteúdos das páginas do CES e que há a necessidade de um
152 certo controle para que não seja aberto para qualquer conselheiro entrar escrever e publicar.
153 O grande desafio será o envolvimento das entidades que vão pautar os conteúdos e esse
154 grupo vai poder ajudar. *“Estávamos sozinhos e agora temos um grupo que poderá nos
155 ajudar a cobrar das entidades que representamos no Conselho e pautar os assuntos”*. Falou
156 sobre a importância das reuniões presenciais para um envolvimento maior dos conselheiros.
157 Alexandre de Oliveira Fraga respondeu que a responsável pelas publicações será a Analista
158 de Comunicação, Ednéa Harckbart e que passarão pela discussão da Mesa Diretora e do
159 Comitê Intersetorial de Comunicação e Informação à Saúde, Recursos Humanos e
160 Educação Permanente para o Controle Social. Quanto a questão das reuniões presenciais,
161 disse que o Conselho precisa fazer, mas ressaltou que esse assunto foi debatido em
162 reuniões anteriores, mas ainda há questões a serem tratadas, em relação as diárias dos
163 Conselheiros; finalizou agradecendo aos presentes. Em seguida o Presidente do Conselho
164 motivou os Conselheiros a comparecerem no Hospital São Lucas, onde será realizado no

165 dia 04 de agosto de 2022 a partir das 8h, o Planejamento do CES. **5 – Aprovação do**
166 **Parecer do Relatório Anual de Gestão – RAG – 2021.** Paulo Roberto Alves Guimarães
167 apresentou o parecer do Relatório Anual de Gestão (RAG) 2021 da Comissão Intersetorial
168 de Finanças, Orçamento e Instrumento de Gestão (CIOF) e informou que a Comissão está
169 sem coordenador devido a solicitação da Conselheira Andrea Cellin de deixar o posto e o
170 coordenador adjunto, Márcio Flávio Soares, estar em viagem. Explicou que a CIOF fez um
171 debate muito frutífero sobre o RAG. Leu alguns pontos do parecer e destacou que após a
172 GPEDI/SSEPLANTS/SESA proceder o registro das informações no DIGISUS enviou cópia
173 eletrônica do Relatório ao CES que encaminhou para o e-mail dos Conselheiros.
174 Continuando, que os membros da Comissão entenderam que RAG 2021 atende ao que
175 estabelece a Lei Complementar nº 141 e que consideraram várias contribuições, inclusive
176 do Comitê Intersetorial de Saúde, Meio Ambiente, Vigilância e Farmacoepidemiologia com
177 relação a questão da Gerência de Assistência Farmacêutica. Prosseguindo leu a conclusão
178 do parecer: “A CIOF sugere ao Pleno a aprovação do Relatório Anual de Gestão 2021 da
179 Secretaria de Estado da Saúde – SESA – ES, por entender que o mesmo atende ao que
180 estabelece a Lei Complementar nº 141, de 13/01/2012. E recomenda à Secretaria de Estado
181 da Saúde – SESA que: 1 – Apresente os relatórios de auditorias realizadas no âmbito do
182 SUS – ES, referente à gestão estadual. 2 – Que adote as providências necessárias com
183 vistas ao cumprimento da Meta 04 – Objetivo 1.9 – da Diretriz 1 da PAS 2021, no que diz
184 respeito ao redimensionamento das estruturas físicas para o armazenamento, a distribuição
185 e a dispensação de medicamentos e de mais insumos, visto que a atual estrutura demonstra
186 a clara necessidade de ampliação para atender às exigências legais e sanitárias vigentes”.
187 Mansour Cadais Filho (FAMOPES) perguntou se a recomendação não seria uma
188 recomendação “aprovada com ressalva”, visto que há várias observações. Paulo Roberto
189 Alves Guimarães informou que essa foi uma questão que foi muito debatida na Comissão e
190 explicou que “aprovação com ressalva” seria no caso de se considerar que as metas
191 propostas pela SESA não foram cumpridas. Continuou explicando que as recomendações
192 são para que sejam ajustados alguns pontos específicos, mas não quer dizer que as metas
193 não foram alcançadas. Pablo Reis Garcia Perez (SINFES) fez uma observação que em
194 relação ao cumprimento da Meta 04 do relatório que além da solicitação do cumprimento da
195 meta, deveria ser exposto a estratégia que está sendo levada em conta para atingir essa
196 meta. Paulo Roberto Alves Guimarães explicou que fizeram as recomendações e que
197 tiveram problemas porque que a Andréa Cellin (FEHOFES) pediu licença da Coordenação,
198 mas a ideia é que junto com o projeto do ICEPi, comecem a convocar alguns setores,
199 inclusive a GEAF para ver o acompanhamento detalhado do alcance dessas metas e
200 indicadores. O mesmo informou que a ideia é que se crie instrumentos internos dentro do
201 CES em parceria com o grupo do projeto do ICEPi para o acompanhamento do cumprimento
202 de todas essas metas. Paulo da Silva Teixeira (SINDIUPES) solicitou que incluísse no
203 parecer a recomendação para que se garanta o acompanhamento pelo Pleno do Conselho
204 dessas metas. A Secretária Executiva lembrou que o documento foi enviado por e-mail para
205 os conselheiros para que os mesmos dessem suas contribuições. Paulo da Silva Teixeira
206 informou que o Pleno tem autonomia de fazer mudança e inclusão no documento. Paulo
207 Roberto Alves Guimarães informou que a garantia do acompanhamento das ações é super
208 importante, mas esclareceu que isso não poderia ser colocado no parecer naquele
209 momento, já que o parecer da CIOF foi finalizado e apresentado e não foi feita sugestão
210 quando enviado aos conselheiros. Destacou, inclusive, que Paulo Teixeira faz parte da
211 comissão e não colocou essa ideia quando estavam fazendo os debates nas reuniões. Essa
212 recomendação, solicitando o acompanhamento, segundo Paulo Roberto Alves Guimarães,
213 poderia ser feita à SESA através de um documento elaborado pelo Pleno, que seria diferente
214 do parecer. Paulo Teixeira discordou do conselheiro Paulo Roberto Alves Guimarães e
215 entende que o Pleno, enquanto poder de deliberação, pode sim incluir uma recomendação
216 dentro do relatório. Genecy Teixeira de Oliveira esclareceu que foi explicado na comissão
217 de que o Relatório é um instrumento um pouco rígido, mas que o Pleno do Conselho pode
218 encaminhar um outro documento sobre essa questão. Alexandre esclareceu que a qualquer
219 momento qualquer conselheiro pode solicitar à SESA esclarecimento sobre algo, então
220 assim que for aprovar o parecer e for dado ciência à SESA das recomendações pode-se

221 solicitar o andamento das mesmas. João Carlos dos Santos disse entender que o parecer
222 do RAG é aprovar, aprovar com ressalvas ou reprovado. Disse ainda que se o parecer tem
223 ressalvas tem que falar quais são as ressalvas. O Presidente afirmou que o parecer da
224 CIOF contempla o entendimento dos membros da mesma e que o relatório final mostra o
225 trabalho desenvolvido com duas recomendações que vem corroborar naquilo que é a
226 melhoria do trabalho. Propôs colocar o parecer em votação. Paulo Roberto Alves Guimarães
227 fez o seguinte encaminhamento: aprovar o RAG 2021 com as recomendações da CIOF e
228 encaminhar um documento do Pleno para a SESA, solicitando o acompanhamento e
229 cumprimento dessas metas. Paulo Teixeira disse que o encaminhamento proposto por
230 Paulo Roberto Alves Guimarães lhe contempla, mas que o presidente na votação informe
231 sobre a proposta. Mansour Cadais Filho disse que tem dúvidas sobre aprovar o documento
232 com recomendações, disse que entende que há três opções para o RAG: aprovado,
233 aprovado com ressalvas e reprovado e não conhece aprovado com recomendações. Para
234 o mesmo as recomendações propostas pela CIOF são ressalvas. Paulo Roberto Alves
235 Guimarães esclareceu que a CIOF discutiu o RAG 2021 em quatro reuniões e foram
236 discussões intensas, visto que o material era muito denso. Esclareceu ainda que existe sim,
237 aprovação, aprovação por ressalvas e aprovação com recomendações e que se a CIOF
238 aprovasse com ressalvas, tecnicamente seria que a SESA não teria cumprido alguma meta,
239 e não era o que constava no relatório. João Carlos dos Santos disse que não há diferença
240 entre “aprovação com ressalvas” e “aprovação com recomendação”, mas que a nomeação
241 correta seria “aprovação com ressalvas”, porque se há recomendação então tem ressalvas.
242 Alexandre Coutinho Sather informou que é o conselheiro responsável pelo registro dos
243 dados do CES no DIGISUS. Que o sistema DIGISUS tem três opções para o RAG:
244 aprovação, aprovação por ressalvas e reprovação. Esclareceu que no sistema há um campo
245 onde coloca-se recomendações para o próximo exercício, desta forma, entende que
246 recomendações é algo para o futuro e que terá um acompanhamento. Já a ressalva, disse
247 que é sobre algo o que ficou no passado, algo que não foi resolvido, alguma pendência.
248 Desta forma, entende que é mais adequado o parecer da forma como a Comissão fez,
249 aprovação com as recomendações. João Carlos do Santo informou que há seis anos o
250 Conselho Nacional de Saúde não aprova o relatório do Ministério da Saúde, porém disse
251 que mesmo assim o Ministério da Saúde funciona normalmente. Disse não há problemas
252 para a Gestão se a aprovação do RAG for com ressalvas e que no CES nunca se aprovou
253 o RAG com recomendações, sempre foi aprovado com ressalvas. Desta forma, entende que
254 a aprovação do RAG tem que ser com ressalvas. Paulo Roberto Alves Guimarães
255 questionou se todo o Pleno estava entendido sobre o assunto e se somente o conselheiro
256 João Carlos dos Santos não havia entendido. Cynara Azevedo disse questionou se havia
257 alguma dúvida ainda sobre a matéria, mas que entendia que tudo já havido sido esclarecido
258 e que as falas já estavam redundantes, que o parecer já poderia ser colocado em votação.
259 Paulo Teixeira alertou Cynara Azevedo que ela deveria presta atenção nas mãos levantadas
260 e que o papel da mesma é de moderadora e não deveria fazer inferências e emitir opiniões,
261 que está a pouco tempo na Secretaria Executiva e já está com atitude de não permitir os
262 conselheiros de falarem. Disse que concorda com João Carlos dos Santos que sobre a
263 aprovação com ressalvas. Cynara Azevedo esclareceu que disse que todos estavam
264 falando a mesma coisa e que acreditava que João Carlos dos Santos se confundiu com as
265 nomenclaturas do que se coloca no RAG. Disse ainda que não está a pouco tempo no
266 Conselho, que foi conselheira, inclusive membro da CIOF e que João Carlos dos Santos
267 tem conhecimento amplo sobre o assunto. João Carlos do Santos informou que entendeu o
268 que foi colocado e que no seu entendimento não há aprovação com recomendação e que
269 entende que não se quer colocar a palavra ressalva. Mansour Cadais Filho agradeceu a
270 Alexandre Coutinho Sather pela explicação e disse que não conhece a aprovação com
271 recomendação, que não leu isso na literatura e que não ficou esclarecido sobre essa
272 nomenclatura. Disse ainda que se caso o RAG for aprovado com ressalvas em nada irá
273 desmerecer a SESA. Que reconhece os esforços do trabalho da Comissão, mas que a
274 Comissão tem que esclarecer as questões porque é o Pleno que aprova. Disse que se o
275 RAG for aprovado com a nomenclatura “recomendação” ao invés de “ressalva” estariam
276 ferindo a legislação e isso abria brechas, inclusive para os Conselhos Municipais de Saúde.

277 Paulo Roberto Alves Guimarães propôs que seja aprovado o relatório conforme está no
278 parecer da CIOF e que seja enviado a SESA documento do Pleno solicitando o
279 acompanhamento das recomendações do parecer. Disse que entende que há outra
280 proposta para votação: aprovação por ressalvas. Esclareceu que se for aprovado dessa
281 forma que se encaminhe um parecer para a CIOF informando quais são as ressalvas. João
282 Carlos dos Santos informou que sua proposta seria aprovar com ressalvas e enviar como
283 justificativa o mesmo que estão escritos no parecer da CIOF. Paulo Roberto Alves
284 Guimarães disse que não seria possível aprovar com ressalvas e usar o parecer da CIOF,
285 visto que as recomendações não cabem para ressalvas. Paulo Teixeira disse que há uma
286 proposta do Pleno e que deve ser considerada. Paulo Roberto Alves Guimarães esclareceu
287 a proposta para aprovação no Pleno: aprovar o parecer da CIOF e aprovar outro documento
288 que solicita o acompanhamento das recomendações à SESA do parecer. O Presidente
289 colocou a proposta em votação. A proposta foi aprovada por 14 (quatorze) votos a favor, 1
290 (um) contra e 1 (uma) abstenção. Alexandre de Oliveira Fraga informou que há outro parecer
291 da CIOF para aprovação, que se refere às duas notas técnicas da Subsecretaria de Estado
292 de Planejamento e Transparência em Saúde (SEPLANTS) com relação a alterações no
293 Plano Estadual de Saúde 2020-2023 e na Programação Anual de Saúde 2022. Cynara da
294 Silva Azevedo informou que o documento não estava na pauta e não foi enviado aos
295 conselheiros. O documento será analisado na próxima reunião. Alexandre de Oliveira Fraga
296 informou sobre uma resolução do Tribunal de Contas do Estado, na qual orienta que os
297 Conselhos Municipais de Saúde apresentem a deliberação do Relatório Anual de Gestão
298 até dia 31 de março do ano subsequente. Porém, esclareceu que a legislação não coloca
299 prazo para a deliberação dos Conselhos, mas estabelece que o município tem até dia 31 de
300 março para encaminharem o Relatório ao Conselho. Disse que há uma necessidade de uma
301 reunião da Mesa Diretora com o Tribunal de Contas para discutir a situação, já que isso está
302 causando um conflito entre o conselho municipal e a gestão. Paulo Teixeira informou que
303 isso está acontecendo em outros conselhos também. Cynara da Silva Azevedo sugeriu que
304 essa discussão fosse levada a Mesa Diretora. **6 – Apresentação do Núcleo Especial de**
305 **Vigilância Ambiental, tema ‘Vigilância em Saúde de População Exposta a Agrotóxicos**
306 **– VSPEA’.** Luciana Mugarábi iniciou se apresentando, disse que está referência técnica da
307 SESA na Vigilância em Saúde de População Exposta a Agrotóxicos e que irá apresentar o
308 plano que já está sendo executado e levar o conhecimento do Conselho por conta das
309 necessidades de implantar o plano nos Municípios prioritários. Iniciou com dizendo que o
310 Brasil ocupa a primeira posição no ranking mundial de países consumidores de agrotóxicos
311 e vivencia o aumento de sua utilização nos meios rural e urbano. Isto tem colocado em risco
312 a saúde das populações, em que algumas podem estar mais expostas do que outras, a
313 partir das atividades laborais ou da contaminação do meio ambiente, da água e dos
314 alimentos (BRASIL, 2017). A SESA por meio do Núcleo Especial de Vigilância Ambiental
315 (NEVA) tem impulsionado pela incorporação da Meta Nacional “Implantar Plano de
316 Vigilância em Saúde das Populações Expostas a Agrotóxicos VSPEA” no Plano Plurianual
317 do Governo Federal (PPA) e na Programação Anual de Saúde (PAS) e pelas demandas
318 do Ministério Público Estadual, vem cumprindo o objetivo de apoiar os municípios
319 prioritários na formulação, implantação e implementação da Vigilância em Saúde, conforme
320 preconizado na Política Nacional de Vigilância em Saúde (Resolução 588/2018) e nas
321 Diretrizes Nacionais para a Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos
322 (VSPEA). O Programa Nacional VSPEA iniciou sua implantação no Estado do Espírito Santo
323 em 2021 e tem como principal finalidade atuar na prevenção dos impactos na saúde humana
324 relacionados às intoxicações por agrotóxicos. Por serem os principais executores das
325 atividades de Vigilância em Saúde, o envolvimento dos municípios prioritários é primordial
326 para o desenvolvimento da VSPEA. Objetivo: O Programa de Vigilância em Saúde de
327 Populações Expostas a Agrotóxicos (VSPEA) visa à execução de ações de saúde
328 integradas, compreendendo a promoção à saúde, à vigilância, à prevenção e ao controle
329 dos agravos e das doenças decorrentes da intoxicação exógena por agrotóxicos.
330 Abrangência: A VSPEA, de âmbito estadual está vinculado ao Programa Nacional VIGIPEQ
331 - Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Contaminantes Químicos, coordenado
332 pelo Ministério da Saúde e pelo Núcleo Especial de Vigilância Ambiental (NEVA) na

333 Gerência de Vigilância à Saúde (GEVS) do Estado do Espírito Santo. Atuação: Para
334 execução das ações inerentes ao Programa VSPEA, são levados em consideração as
335 características dos territórios e suas atividades econômicas; mapeamento das áreas e
336 populações prioritárias; atuação integrada entre as Vigilâncias Ambiental, Sanitária,
337 Epidemiológica e entre estas e Atenção Primária (APS) e a integração entre o setor saúde
338 com outros setores como Meio Ambiente, Agricultura, Ministério Público, Educação etc.
339 Requisitos mínimos para implantação da VSPEA: Formar Grupo de Trabalho (GT) ou
340 estrutura similar com a participação das áreas técnicas da Vigilância Ambiental,
341 Epidemiológica, Sanitária, Saúde do Trabalhador e Atenção Primária (APS); elaborar Plano
342 de Ação; registrar casos de intoxicação exógena por agrotóxicos. Critérios de escolha dos
343 municípios prioritários: os critérios utilizados foram os seguintes: informação do Programa
344 de Análise de Resíduo de Agrotóxicos em alimentos (PARA), em que foram analisadas
345 amostras de 29 diferentes alimentos/culturas de origem vegetal no período de março de
346 2009 até abril de 2016. A seguir, em análise aos resultados, calculou-se o quantitativo médio
347 de ingredientes ativos de agrotóxicos encontrado em cada um dos 29 diferentes alimentos
348 amostrados e constatou-se que os maiores resultados desses ingredientes ativos de
349 agrotóxicos estavam presentes nas culturas agrícolas principais. Em seguida, foi realizada
350 a classificação dos 10 municípios do Estado que se constituem nos maiores produtores de
351 cada um dos 06 alimentos que vieram apresentar os maiores quantitativos médios de índice
352 de ingrediente ativo de agrotóxicos, analisados pelo PARA. A partir destes dados, propôs-
353 se a metodologia para priorização dos municípios no Espírito Santo, estabelecendo-se uma
354 pontuação em uma escala de 0 a 10 pontos, levando-se em conta a classificação dos
355 mesmos na produção dos referidos alimentos. Nesta escala, obtiveram-se 10 pontos os
356 municípios classificados como primeiros produtores de cada um dos 06 alimentos em
357 questão, decrescendo até a pontuação de 01 para os municípios classificados como
358 décimos maiores produtores, e ainda pontuando-se com 0 (zero) ponto os Municípios que
359 não se classificaram entre os 10 maiores produtores destes alimentos. A somatória total dos
360 pontos atribuídos nesta escala, determinou a priorização dos municípios em suas
361 respectivas regiões ou regionais de saúde, para implantação do VSPEA no Espírito Santo.
362 Quanto à seleção dos municípios no âmbito do Plano Nacional de Saúde (PNS) para escolha
363 dos municípios prioritários, aqueles com maior potencialidade de exposição ocupacional aos
364 agrotóxicos: Municípios acima de 15 mil habitantes com população de 7.500 de População
365 Economicamente Ativa Ocupada (PEAO); Proporção de trabalhadores ocupados nas áreas
366 de agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura; Municípios com mais de
367 30% de PEAO. Priorização do ES: Regiões ou Regionais de Saúde - Norte Central –
368 Municípios: São Mateus, Pinheiros, Jaguaré, Linhares e Sooretama; Metropolitana - Santa
369 Maria de Jetibá, Domingos Martins, Santa Teresa, Venda Nova do Imigrante e Marechal
370 Floriano; Sul - Alfredo Chaves, Muniz Freire, Vargem Alta, Castelo e Jerônimo Monteiro.
371 Priorização PNS (MS): Regiões ou Regionais de Saúde – Norte Central – Municípios:
372 Ecoporanga, Pancas, Rio Bananal, Vila Valério. Metropolitana – Santa Maria de Jetibá,
373 Santa Tereza, Domingos Martins, Itaguaçu e Ibatiba. Sul: Alfredo Chaves, Vargem Alta e
374 Iúna. Em resumo: 15 municípios prioritários da SESA + 07 municípios prioritários do PNS
375 (pois de 12 do PNS, 05 municípios são os mesmos). Municípios que deram retorno quanto
376 às ações de planejamento de VSPEA (Última atualização/ junho de 2022) os municípios que
377 estão na lista de prioritários (12 municípios) do Plano Nacional de Saúde, apenas 06 (50%)
378 encaminharam o Plano de Ação para a SESA. Destes, 05 municípios (33%) informaram
379 possuir GT ou estrutura similar para discutir ações da VSPEA e apenas 02 informaram ter
380 um GT formalizado. Quanto aos municípios prioritários do Espírito Santo (15 prioritários), 14
381 elaboraram o plano de ação (64%), 11 municípios ou (50%) informaram possuir GT ou
382 estrutura similar para discutir as ações de VSPEA e apenas 07 informaram ter um GT
383 formalizado. 06 municípios estão silenciosos, ou seja, não enviaram o Plano de Ação.
384 Devolutiva Região Metropolitana - Na Região Metropolitana estão silenciosos, ou seja, não
385 enviaram Plano de Ação e não sinalizaram formação de GT (Santa Maria de Jetibá e
386 Ibatiba). Os demais municípios desta Região (Santa Teresa, Venda Nova do Imigrante,
387 Marechal Floriano, Itaguaçu e Domingos Martins) elaboraram o Plano e precisam dar
388 continuidade as ações. Ações Desenvolvidas: Tem sido desenvolvidas ações para

389 implantação e fortalecimento da VSPEA: Reuniões online e presencial com as Regionais de
390 Saúde para apresentação do Plano de Ação; Oficinas de trabalho com as Regionais Sul e
391 Central para apresentação e discussão do Plano de Ação; Apresentação do Plano de Ação
392 na CIB e COSEMS; Apresentação do Plano de Ação em algumas CIR; Formação de um GT
393 Agrotóxicos na SESA; Participação como membro no Fórum Estadual Capixaba de combate
394 aos agrotóxicos e transgênicos; Elaboração de um Termo de Referência para contratação
395 de um Laboratório Estadual para análise de agrotóxicos em água. Visitas estratégicas de
396 sensibilização dos Secretários Municipais de Saúde dos Municípios envolvidos; Formação
397 de GTs Regionais para dar suporte aos municípios. A Secretária Executiva – Cynara
398 Azevedo agradeceu a apresentação e informou que o material da apresentação foi
399 distribuído aos Conselheiros. Caso alguém não teve acesso é só solicitar que será enviado
400 novamente. Passou a palavra ao Presidente que em seguida agradeceu a brilhante
401 exposição desse núcleo especial, matéria de extrema relevância. Sabemos o estrago que
402 os agrotóxicos estão fazendo na vida das pessoas, enfim no dia a dia das pessoas e nos
403 alimentos que consumimos. Disse da importância do tema, porque envolve a saúde. Nesse
404 momento o Alexandre Coutinho Sattler – SINFES solicitou a palavra e começou
405 cumprimentando a Luciana Mugarábi – SESA/NEVA e informou que ele faz parte da
406 Coordenação da Comissão Intersetorial do Meio Ambiente e Assistência Farmacêutica e
407 Vigilância e esse é um dos temas prioritários para nossa comissão e não teve condições de
408 assistir plenamente a apresentação, mas que no momento oportuno, fará um convite a
409 Luciana Mugarábi – SESA/NEVA para fazer uma explanação para a comissão, para que
410 possam se apropriar com mais calma de todos encaminhamentos, da política, da situação
411 dos municípios, fortalecendo esse papel e esse trabalho. Em seguida o Presidente informou
412 que foi uma boa intervenção e que de fato a realização de um fórum da comissão citada e
413 será importante os responsáveis técnicos explanarem mais detalhadamente com outros
414 elementos para a comissão. O Presidente passou em seguida para o ponto de pauta **7 –**
415 **Informes das Comissões** – Informou que os relatores são os coordenadores de cada
416 comissão. A Secretária Executiva perguntou as comissões se havia algum informe para
417 apresentar. Alexandre de Oliveira Fraga informou do debate na CISTT importante quanto a
418 realização de um ciclo de debates, pois é um evento do Conselho e o Pleno precisa acolher,
419 por ser uma atividade não apenas da comissão, mas principalmente do Controle Social e
420 que irá tratar de matéria sobre a questão das mortes, acidentes, doenças ocupacionais e
421 agravos decorrentes do trabalho. Informou que Ana Clara Fraga que acompanha a comissão
422 pelo projeto, preparou uma apresentação sobre o assunto e em seguida solicitou que a
423 mesma fizesse a apresentação. Ana Clara Fraga cumprimentou a todos e informou que faz
424 parte do projeto já apresentado e como foi dito são 5 etapas. A etapa 2 é justamente a de
425 apoio as comissões e comitês. Informou que receberam no início do mês antes do dia
426 05/07/22, uma proposta de uma reunião com o Walter Bernardo Ribeiro - Coordenador da
427 CISTT e ouviram a demanda da CISTT que era justamente fazer um seminário sobre o
428 acidentes, adoecimento e morte no trabalho. O Coordenador levantou algumas questões,
429 inclusive sobre a intoxicação por agrotóxicos, os acidentes com motociclistas, adoecimento
430 e solicitou juntamente com o Coordenador de Projeto Alexandre de Oliveira Fraga foi
431 alinhado fazer uma proposta que seria levado na outra reunião da CISTT que aconteceu no
432 dia 13/07/22. Ana Clara Fraga informou que já havia elaborado um rascunho do que poderia
433 ser esse seminário e no desdobramento da reunião todos chegaram a um acordo por se
434 tratar de um assunto muito amplo o ideal seria que fosse dividido em 3 dias. Seria então um
435 seminário continuado – um ciclo de debates. Objetivo: Conhecer o trabalho de
436 acompanhamento, registro e análise de óbitos, acidentes e agravos relacionados ao
437 trabalho desenvolvido por órgãos públicos federais, estaduais e municipais, ministério
438 público e entidades sindicais representante dos trabalhadores e empregadores. Desafios:
439 Criar um espaço para a divulgação das informações produzidas por diversos atores que
440 registram, estudam e atuam frente a temática; identificar as interfaces entre os órgãos e
441 sindicatos que permitam a realização de ações conjuntas, com vista a redução dos
442 acidentes, mortes e agravos relacionadas ao trabalho; conhecer o trabalho do Centro de
443 Referência em Saúde do Trabalhador – CEREST; conhecer o trabalho dos municípios na
444 Atenção Primária à Saúde; conhecer o trabalho dos sindicatos de trabalhadores e patronais;

445 conhecer o trabalho dos órgãos de fiscalização, como Ministério Público do Trabalho e
446 Delegacia Especializada em Acidente de Trabalho. Atores Envolvidos: Comissão
447 Intersetorial do Trabalhador e Trabalhadora – CISTT; Núcleo Especial de Vigilância em
448 Saúde do Trabalhador – NEVSAT/SESA; Colegiado de Secretários Municipais de Saúde –
449 COSEMS/ES; Ministério Público do Trabalho - MPT; Delegacia Especializada em Acidentes
450 de Trabalho; Federação das Indústrias do Espírito Santo - FINDES; Centrais Sindicais;
451 Sindicatos Patronais; Previdência Social/INSS; IPAJM; Superintendências. Produtos
452 Esperados: Criar o observatório estadual objetivando ser um espaço de centralização de
453 informações para facilitar o acesso e o acompanhamento de dados e outros documentos,
454 com vista a desenvolver políticas públicas e privadas, objetivando reduzir a
455 morbimortalidade decorrente de atividades laborais. Atividades – realização de seminários
456 continuados sobre acidentes, mortes e adoecimento no trabalho. Informou que caberia as
457 Datas: 12, 19 e 26 de agosto de 2022. Horário: 9:00h às 12:00h. Modalidade: Online.
458 Plataforma: Zoom. Após essa reunião: 12 de agosto de 2022 – Tema 1: O papel das
459 instituições públicas na promoção da saúde e na prevenção de acidentes e doenças no
460 trabalho. Abertura (9:00h – 9:40h): Palestra “Saúde e Segurança no Trabalho: Os direitos
461 dos trabalhadores”. Convidados: MPT, DEAT, SRT, CEREST, INSS (15 minutos para cada
462 facilitador). 19 de agosto de 2022 – Tema 2: O papel das representações de empregadores
463 e empregados na prevenção e comunicação de acidentes de trabalho: Desafios e
464 perspectivas. Convidados: Centrais Sindicais e FINDES (20 minutos para cada facilitador).
465 26 de agosto de 2022 – Tema 3: O papel do controle social na Política de Saúde do
Trabalhador e Trabalhadora. Palestra de Abertura (9:00h às 9:40h): DIESAT. Convidados:
Representantes de CISTT Municipais (Vitória, Serra, Vila Velha e Cariacica) e da CISTT
Estadual. A Secretária Executiva – Cynara Azevedo perguntou se havia mais informes de
comissão. Alexandre de Oliveira Fraga informou, ainda, que estão organizando 4 seminários
regionais, para fazer uma escuta aos Conselhos Municipais de Saúde quanto as suas
demandas para a realização de capacitação de conselheiros. O objetivo é que a partir
desses seminários regionais, possam montar um plano de Educação Permanente voltado
aos CMS e que possamos com isso aprimorar o processo de participação popular no Espírito
Santo, realizando esses seminários nos próximos 2 meses (agosto e setembro) juntamente
com a coordenação pedagógica do ICEPi. Montarão as estruturas desses seminários
regionais que contam com a participação dos conselheiros, tendo o assunto sido trazido
para a Comissão de Municipalização e Comissão de Educação Permanente, onde as duas
comissões contribuirão com a realização desses debates. O Presidente Ricardo Ewald
agradeceu a participação de todos, pois estamos juntos com o mesmo propósito e para os
eventos que foram convocados, registrou e sublinhou que todos se empenhem para estarem
presente na reunião com a Dra. Inês e também no dia 04/08/22 no São Lucas. Encerrou a
233ª Reunião Ordinária às 17:20h. Vitória, 21 de julho de 2022.

Cynara Azevedo
Secretária Executiva
Conselho Estadual de Saúde – CES/ES

Ricardo Ewald
Presidente
Conselho Estadual de Saúde – CES/ES

